



PARA DERROTAR BOLSONARO E O BOLSONARISMO, NO SEGUNDO TURNO É LULA

Contingenciamento nos orçamentos das Ifes são intensificados pelo governo federal

Pág. 3

III Encontro sobre Carreira EBTT e Educação Básica das Iees/Imes será realizado entre 21 e 23 de outubro, no Espírito Santo

Pág. 9

Nosso compromisso neste último mês foi representar a consigna aprovada pela base do ANDES-SN: “Derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas”. Para isso, o ANDES-SN, reconhecendo a importância do pleito eleitoral no exercício da democracia no país, encaminhou para os(as) candidatos(as), exceto para Bolsonaro, uma carta compromisso apresentando a defesa do nosso projeto de educação gratuita, pública e socialmente referenciada.

Conjuntamente com as entidades que compõem o Fonasefe, no início de setembro, foi realizada a leitura e distribuição da “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Serviço, das Servidoras e Servidores Públicos”, em diversas regiões do país. O objetivo do documento foi apresentar à sociedade a importância dos serviços públicos, como um ponto de pauta central no processo eleitoral.

Mas nossa luta não parou por aí. O mês de setembro também foi marcado por importantes debates realizados nos grupos do trabalho do sindicato e no encontro nacional das assessorias jurídicas. Foi o caso do debate sobre os impactos do Reuni Digital, discutido no encontro nacional do GTPE, e como resultado deste espaço de acúmulo vamos acompanhar nesta

edição do *Informandes* uma entrevista com as professoras Olinda Evangelista, da Ufsc, Priscila Monteiro Chaves, da Ufes, e Allan Kenji Seki, pós-doutorando da Unicamp, que explicam como a proposta aprofunda a precarização do ensino e da carreira docente e, ainda, contribui para que os recursos do orçamento público sejam encaminhados para as instituições privadas de ensino.

Já o Grupo de Trabalho sobre Política de Classe, Questões Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCGDS) realizou um importante painel em conjunto com a Associação Brasileira dos(as) Pesquisadores(as) Negros(as) dentro da Programação do XII Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as), em Recife.

Como se não bastasse todos os enfrentamentos colocados na nossa realidade, nesta semana fomos surpreendidos com o anúncio de mais uma suspensão de repasses dos recursos para Universidades, Institutos Federais e Cefets. O novo corte orçamentário do Ministério da Educação pode inviabilizar o funcionamento das instituições de ensino este ano. Ao longo de 2022, os cortes promovidos pelo governo Bolsonaro impactaram quase todos os ministérios, num total de R\$ 10,5 bilhões e o mais

afetado foi o MEC, com corte de R\$ 3 bilhões; seguido do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, com R\$ 1,7 bi; e da Saúde com R\$ 1,6 bi.

Os novos contingenciamentos nos recursos para a educação pública só comprovam que o atual governo de Bolsonaro está comprometido com a destruição da educação pública, representando uma política de desmonte dos serviços públicos, de negacionismo, anticientificismo, que se ancora numa perspectiva conservadora e fascista. E é por isso que a diretoria do ANDES-SN, sem titubear, conclamou às seções sindicais nesta última semana a representar a nova consigna de luta no segundo turno das eleições 2022: “Votar em Lula para derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas”, por entender que estamos numa encruzilhada entre a barbárie versus as liberdades democráticas e nos cabe tomar posição, mesmo reconhecendo todos os limites do projeto de Lula-Alckmin.

Agora é **“Votar em Lula para derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas”**, com o compromisso de nos mantermos em permanente mobilização. E no dia 18 de outubro nos encontraremos nas ruas para denunciarmos a destruição da educação pública e das nossas vidas.



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

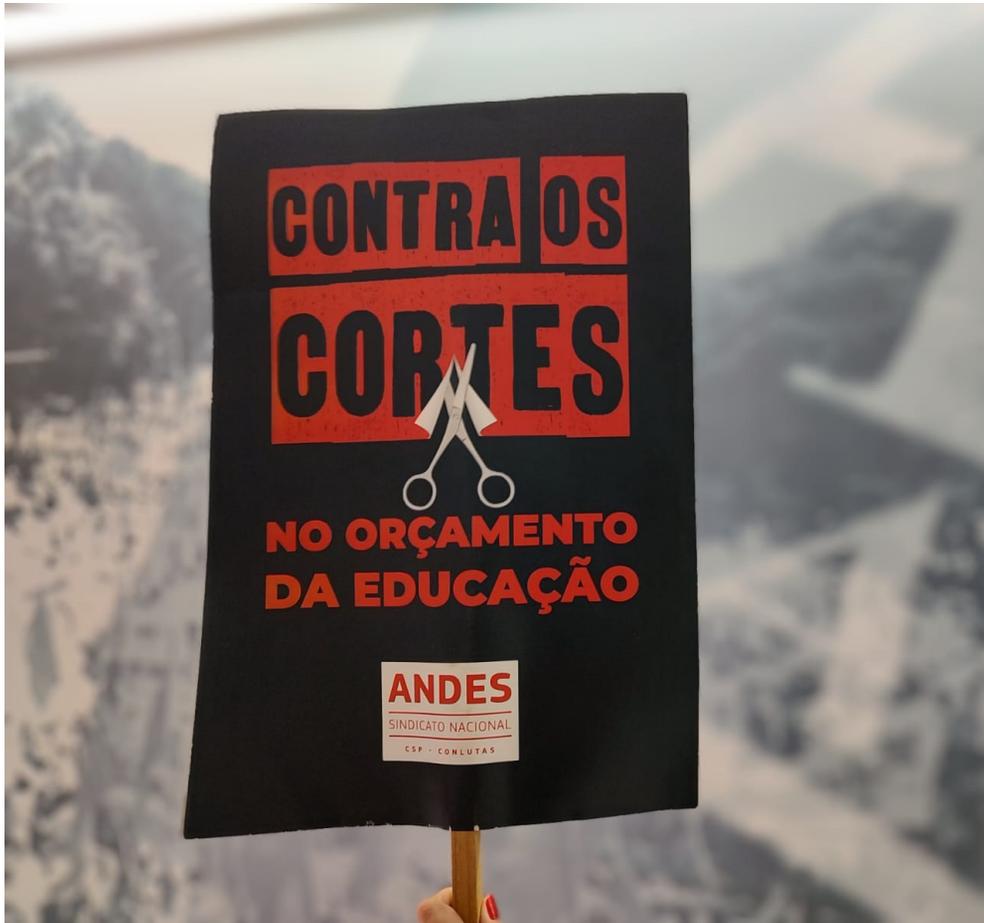
Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luís Andrade, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Novo contingenciamento de verbas da Educação vai inviabilizar funcionamento das Ifes

ANDES-SN repudia suspensão de repasses dos recursos para Universidades, Institutos Federais e Cefets



Um novo contingenciamento no orçamento do Ministério da Educação (MEC) pode inviabilizar o funcionamento das universidades, institutos federais e cefets este ano. Na última sexta-feira (30/9), às vésperas das eleições, o governo federal publicou o decreto nº 11.216 - que alterou o anterior nº 10.961 de fevereiro de 2022 -, com uma reprogramação orçamentária até o final do mês de novembro. Ao longo de 2022, os cortes foram aplicados a quase todos os ministérios, num total de R\$ 10,5 bilhões. O mais afetado foi o Ministério da Educação, com corte de cerca de R\$ 3 bilhões; seguido do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, com R\$ 1,7 bi; e da Saúde com R\$ 1,6 bi.

Para o ANDES-SN, este novo contingenciamento coloca em risco todo o sistema das universidades e institutos. "Os cortes comprometem o pagamento de itens previstos e que já estavam empenhados porque, na prática, significa retirada de valores dos caixas das universidades e institutos federais, que já vinham amargando os efeitos de

reduções orçamentárias e cortes", diz em nota divulgada através da Circular nº 365/2022.

"Os reiterados ataques do governo Bolsonaro à educação pública confirmam suas intenções de destruir o sistema de ensino público brasileiro, desde o nível básico até a pós-graduação. Não aceitaremos mais os ataques vindos deste governo, inimigo da educação! E nos comprometemos na construção de uma agenda unitária de luta nas ruas", acrescenta a diretoria do Sindicato Nacional.

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), cerca de R\$ 328 milhões foi retirado do chamado orçamento discricionário das universidades federais, que engloba verbas para funcionamento (água e luz), obras, contratação de serviços de terceirização de mão de obra e despesas com assistência estudantil. Este valor, se somado ao montante que já havia sido bloqueado ao longo de 2022, chega a um

total de R\$ 763 milhões do orçamento que havia sido aprovado para este ano, aponta a entidade. "Lamentamos também que seja a área da educação, mais uma vez, a mais afetada pelos cortes ocorridos", manifestou a Andifes.

O bloqueio também atingiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em R\$147 milhões, segundo o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal (Conif). Ao longo de todo ano, o valor chega a R\$ 300 milhões. "Transporte, alimentação, internet, chip de celular, bolsas de estudo, dentre outros tantos elementos essenciais para o aluno, não poderão mais ser custeados pelos Institutos Federais, pelos Cefets e Colégio Pedro II, diante do ocorrido", afirma o Conif, em nota.

"Serviços essenciais de limpeza e segurança serão descontinuados, comprometendo ainda as atividades laboratoriais e de campo, culminando no desemprego e na precarização dos projetos educacionais, em um momento de tentativa de aquecimento econômico e retomada das atividades educacionais presenciais no pós-pandemia", completa.

ANDES-SN na luta

O ANDES-SN, em unidade com diversas entidades ligadas à Educação, já buscava reverter os bloqueios anteriores para o restabelecimento do orçamento aprovado para 2022, sem os quais o funcionamento das universidades e institutos já estava comprometido.

Michele Schultz Ramos, 1ª secretária da Regional São Paulo do ANDES-SN, avalia que os contingenciamentos e cortes orçamentários fazem parte da política do governo Bolsonaro de ataques à educação pública, aliados às intervenções na nomeação de reitores e questionamentos à qualidade do trabalho desempenhado nas instituições de ensino superior públicas.

"O mais recente ataque se soma a um conjunto de outros ao longo dos últimos anos. É preciso reagir para definitivamente derrubarmos Bolsonaro e seus aliados, nas ruas e nas urnas!", ressalta da diretora do ANDES-SN.

Reuni Digital é a concepção da educação superior como mercadoria, apontam pesquisadores

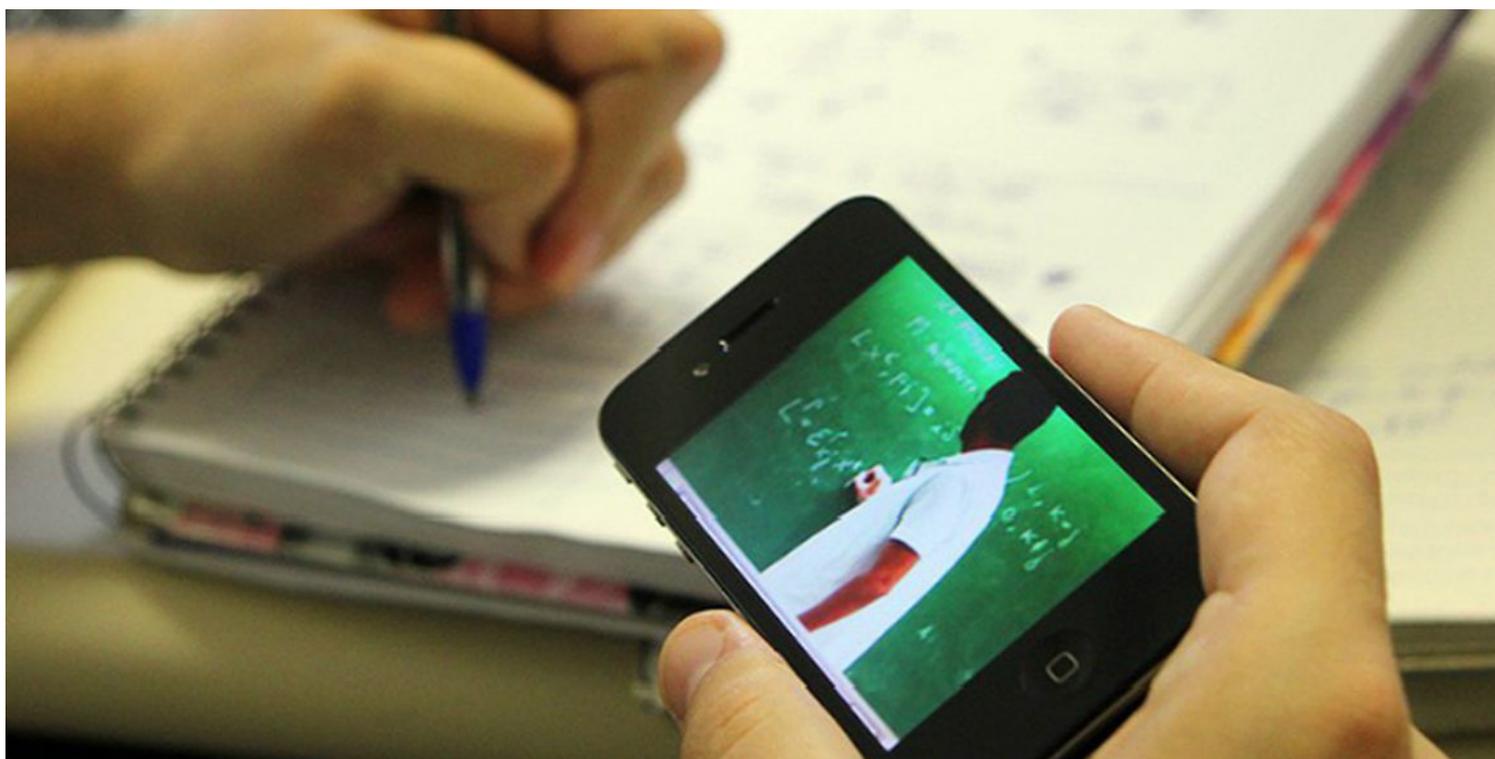


Foto: Divulgação | MEC/IC

Em junho deste ano, o Ministério da Educação (MEC) lançou uma nova versão do Programa para Expansão da Educação a Distância nas Universidades Públicas Federais (Reuni Digital), que visa “ampliar o acesso e fomentar a permanência de discentes no ensino superior público, por meio da Educação a Distância (EAD)”, até 2024, para atender ao Plano Nacional de Educação (PNE). Com isso, o programa prevê assegurar a oferta e expansão de, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Em entrevista conjunta concedida ao InformANDES, Olinda Evangelista, docente aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), Priscila Monteiro Chaves, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), e Allan Kenji Seki, pós-doutorando na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), explicam como a proposta aprofunda a precarização do ensino e da carreira docente, o ataque ao tripé ensino, pesquisa e extensão e, ainda, contribui para o direcionamento de recursos do orçamento público para as instituições privadas de ensino.

InformANDES: O Reuni Digital surgiu como um programa de ampliação do acesso e da permanência das e dos discentes no ensino superior público, por meio da EAD. Quais interesses estão por trás deste programa governamental?

Resposta: São muitos os interesses, e nem todos explícitos. Um deles é a fragmentação da carreira com a inclusão de tutores e funções similares no corpo docente, o que, obviamente, terá repercussões sobre a organização política da categoria e de suas demandas trabalhistas. Outro é o aproveitamento da força de trabalho docente que, além de evitar novas contratações e reposição do quadro atualmente defasado, permitirá um aumento exponencial de matrículas sem alteração do quadro de docentes, de técnico-administrativos e da infraestrutura das instituições federais de ensino (IFE). Há ainda um argumento de uma

suposta autonomia estudantil na escolha do que aprender e onde - casa, trabalho ou no bar -, o que é uma falácia pedagógica, cujo objetivo maior é titular os jovens e ao mesmo tempo produzir alienação humana, científica e política. Um interesse pouco revelado é o de manter as IFE num padrão de produção de ciência subordinado aos grandes interesses do Capital, sem possibilidade de uma autonomia. Essa subordinação pode ser percebida nos contratos realizados com plataformas como Microsoft e Google, que dominam mais de 70% das escolas públicas de todos os níveis, entre outros pontos.

InformANDES: Como o Reuni Digital impacta o ensino, pesquisa e extensão nas universidades?

Resposta: É notória a redução progressiva dos recursos para as universidades públicas, especialmente após a Emenda Constitucional

(EC) 95 [Teto dos Gastos]. O tripé ensino, pesquisa e extensão depende do financiamento público, assim como de uma carga horária disponível para professores, o que não ocorre. A intensificação do trabalho, agravada imensamente pelas tarefas burocráticas, é inegável. Muitas de nossas tarefas são desenvolvidas nos horários que deveriam ser destinados à vida privada e ao descanso. O Reuni Digital impactará este tripé de diversas formas, pois as atividades remotas deverão se desenvolver nos três âmbitos. Ademais, o programa favorece o rompimento do vínculo estreito entre o que pesquisamos, o que ensinamos e como articulamos isto às demandas da comunidade externa – que estará também distante. Nas atividades de EAD, o número de alunos será muito mais elevado, além do aproveitamento (e esgotamento) da mesma força de trabalho docente nas universidades, o trabalho

cuidadoso em relação ao ensino e à avaliação sairá imensamente prejudicado.

No que toca à extensão, ficará profundamente prejudicada, tendo em vista que seu sentido é dado justamente pelo contato presencial de docentes e estudantes com as pessoas e populações em que os projetos são desenvolvidos. Seria uma nova forma de extensão? Sem a presença física de seres humanos?

Outro elemento importante é a previsão que parte da atividade docente seja realizada por tutores – e funções similares –, de forma remota. As consequências serão o aumento da precarização do trabalho docente e a criação de novos postos, gerando uma fragmentação da carreira docente entre os que “ensinarão” e os que pesquisarão.

InformANDES: E qual será o impacto do Reuni Digital na carreira docente?

Resposta: A proposta não declara que será extinta a carreira docente tal como a conhecemos hoje. No entanto, ela apresenta como um dos objetivos centrais a “valorização dos recursos humanos da EAD”, com ações e metas que visam à contratação e qualificação de tutores ou profissionais docentes que assumam função similar, e ainda não sabemos do que se trata, relacionada às áreas do conhecimento e temas de formação. A proposta é que para a atuação dos tutores não será exigido curso de doutoramento, como acontece conosco, professores efetivos, mas uma formação também em EAD. Concluímos, por óbvio, que estes possíveis docentes não terão nenhuma espécie de estabilidade. Parece certo, contudo, que as IFE serão crucialmente atingidas pela precarização

que grassa nas instituições particulares, entretanto traduzidas como experiências exitosas. Outra via de aproveitamento da força de trabalho barateada do professor e da professora será por meio dos estágios docência, haja vista que uma das ações contidas no programa é a sua regulamentação para alunos de graduação e pós-graduação, para que possam realizar tais atividades nos cursos a distância ofertados pelas instituições de ensino superior (IES). Trata-se de uma estratégia de induzir a formação dos jovens dentro da perspectiva remota como solução aceitável para o problema da “qualidade de ensino” no país.

InformANDES: A generalização de graduações a distância impacta de que maneira a qualidade do ensino na universidade?

Resposta: As entidades representativas dos capitais de ensino superior privados e as empresas que prestam consultorias às IES particulares deixam às claras que um dos principais obstáculos para sua expansão é o reconhecimento, pela maioria dos brasileiros, de que as IES públicas oferecem formação e experiência educacionais mais sólidas. Comprometidas em fazer da educação uma mercadoria, estas instituições não querem melhorar as formações por elas comercializadas, mas rebaixar as características próprias das universidades públicas, especialmente as federais e estaduais. Além disso, ao desenvolver sistemas e plataformas de ensino, melhorar as infraestruturas de redes e legitimar o ensino a distância como modalidade válida para o modelo de universidade

brasileira, as IES públicas corroboram e colaboram com os interesses dos capitais de ensino que estão empenhados em expandir um ensino que demande baixo investimento, menores salários para os professores ou tutores e que evitam os pesados investimentos em plataformas e sistemas digitais. Neste campo, a legitimação da EAD é de grande interesse dos capitais de ensino que pretendem ampliar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para essa modalidade. Para isto, no entanto, depende de que alterações na legislação sejam introduzidas pelo próximo governo.

InformANDES: E neste momento, em que fase está a implementação do Reuni Digital?

Resposta: Não sabemos exatamente como anda a adesão das universidades federais, além das que haviam feito parte do projeto piloto. Contudo, ações paralelas no interior de algumas IFE têm contribuído para a criação de um terreno propício à sua adesão futura. É o caso, por exemplo, da incorporação dos 40% de EAD na docência “permitida” pela legislação vigente [Portaria nº 2.177/19]. De certo modo, este processo possibilita que resistências sejam amansadas e que o ensino híbrido venha a ser normalizado como prática habitual, na graduação e pós-graduação, afetando diretamente o ensino e a pesquisa. O que está subjacente a este programa é a destruição da universidade pública como a conhecemos, sua transformação em espelho das IES particulares com a transformação, em longo prazo, dos cursos de graduação presenciais em EAD.



Para barrar Bolsonaro nas urnas e nas ruas, ANDES-SN convoca voto em Lula

VOTAREM LULA PARA DERROTAR BOLSONARO NAS RUAS E NAS URNAS!



Diante da gravidade do momento, a diretoria do ANDES-SN divulgou, no dia 5 de outubro, uma nota direcionada à categoria docente, na qual conclama professores e professoras a "votar em Lula para derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas!", no segundo turno da eleição para presidente da República.

"Nós chegamos ao segundo turno das eleições presidenciais com um cenário difícil para a classe trabalhadora do nosso país. O que temos agora não é mais a ameaça de fascismo como se apresentava em 2018, e sim a confirmação, a legitimação do projeto fascista em curso no Brasil. É muito grave imaginar que as ações do Bolsonaro que foram devastadoras para a vida em suas mais diversas dimensões possam ser aprovadas por quase metade dos eleitores no primeiro turno", afirma Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN.

O documento destaca que o conjunto da obra de Bolsonaro-

Mourão à frente da Presidência é dos mais nefastos da história do nosso país: constantes ataques à educação pública, às ciências, ao conhecimento e às liberdades democráticas; degradação das condições de vida da classe trabalhadora; incentivo à destruição dos biomas brasileiros, especialmente da floresta amazônica e seus povos; ataques machistas, racistas, xenofóbicos, capacitistas e LGBTQIAP+fóbicos; pauperização e fome da população, com 33 milhões de pessoas sem ter o que comer; além das 686 mil mortes por Covid-19.

A diretoria do Sindicato Nacional afirma que se posiciona pelo voto em Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 30 de outubro, pois entende que o contexto eleitoral impactará nas condições de luta, de existência dos Sindicatos. "Chamar o voto no Lula nesse momento significa a defesa intransigente da democracia, significa a possibilidade de continuar existindo enquanto sindicato e significa também compreender que é no campo democrático que as próximas

lutas devem ser travadas", explica a presidenta do ANDES-SN.

A nota conclui reafirmando a defesa da autonomia e da independência do Sindicato Nacional frente a partidos e afirma que a entidade e sua base permanecerão em luta, defendendo as pautas da categoria docente e da classe trabalhadora.

Leia aqui a nota:

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e seja direcionado/a para o site:



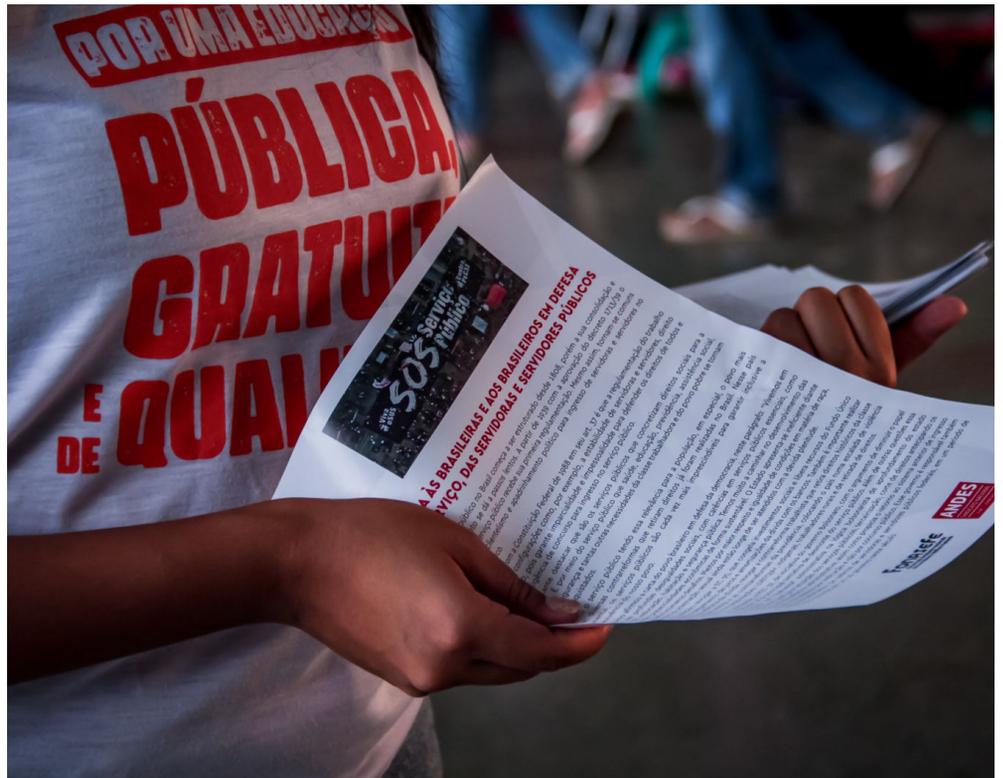
"Não estamos abrindo mão da nossa autonomia e independência de classe, continuamos com nossas pautas de reivindicações, com a defesa do nosso projeto de educação pública que inclusive sintetizamos na carta enviada aos presidentiáveis e sendo guiado pelas decisões da nossa base. Temos a certeza de que o ANDES-SN vai continuar firme na luta contra qualquer retirada de direito, contra qualquer proposta de reforma administrativa que quebre nas costas dos trabalhadores e trabalhadoras, contra toda e qualquer medida que ataque a educação pública. Continuaremos nas ruas, mobilizando nossa categoria e construindo a unidade na luta para enfrentar retrocessos em qualquer governo", acrescenta Rivânia.

Cartas a presidentiáveis e à população

No processo eleitoral de 2022, o ANDES-SN tem encampado iniciativas que visam pautar, também durante as eleições, a defesa da educação pública, das servidoras, dos servidores, dos serviços públicos e do Estado Democrático de Direito.

Como uma das deliberações do 65º Conad, realizado em julho deste ano, o sindicato enviou uma carta compromisso às candidatas e aos candidatos à Presidência da República, cobrando o comprometimento com a pauta defendida pela entidade nos seus 41 anos de luta. O documento, conforme aprovação, foi encaminhado a todas e todos que disputam a vaga no Executivo Federal, exceto ao atual ocupante do cargo, uma vez que, nos últimos quatro anos, Jair Bolsonaro (PL) se empenhou em atacar de diversas formas a educação pública e as instituições federais de ensino.

"A carta às e aos presidentiáveis sintetiza a trajetória do ANDES-SN em defesa da educação pública. Os seis pontos contidos na carta dizem respeito às nossas principais bandeiras de luta, como a educação, a ciência e tecnologia, as nossas condições de trabalho, e um projeto de educação pública para o nosso país. Por isso, apresentamos às e aos presidentiáveis esse conjunto de pautas reivindicadas pelo ANDES-SN independente de quem seja eleito nesse pleito. O Sindicato Nacional tem o dever de continuar a sua história de luta, de reivindicações, de conquistas, o que será feito no próximo período também", pontuou a presidenta do ANDES-SN.



O documento aponta diversos caminhos para a sustentabilidade do ensino público e gratuito, que passam por sua autonomia e funcionamento democrático, orçamento público e até o estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior.

A carta também foi entregue, em mãos, para Vera Lúcia (PSTU) e Leonardo Péricles (UP), presidentiáveis que visitaram a sede do Sindicato Nacional em momentos distintos, e para Sofia Manzano (PCB), que recebeu o documento na sede do seu partido no Rio de Janeiro. "Lamentamos não conseguir entregar presencialmente a carta a todas e todos presidentiáveis.

Fizemos um grande empenho para que isso fosse possível, mas infelizmente com algumas candidaturas nós não conseguimos a agenda, mas a carta foi enviada a todas e todos que concorrem o pleito, com exceção do atual presidente", explicou Rivânia.

Serviços públicos

Com o objetivo de indicar à sociedade a importância dos serviços públicos, como um ponto de pauta para que seja discutido nas eleições, no início de setembro foi realizada a leitura e distribuição da "Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Serviço, das Servidoras e Servidores

Confira os principais pontos da Carta às e aos presidentiáveis:

- A manutenção e ampliação do ensino público e gratuito;
- A autonomia e funcionamento democrático da universidade e demais instituições de ensino superior, com base em colegiados e cargos de direção eletivos;
- O estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior que estimule a pesquisa e a criação intelectual críticas nas universidades;
- A dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades públicas e demais instituições;
- A criação de condições para adequação das IES à realidade brasileira;
- A garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para as IES, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas.

Leia aqui a carta:

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e seja direcionado/a para o site:





Públicos”, em diversas regiões do país. O documento foi elaborado pelas entidades que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) – entre as quais o ANDES-SN.

Em resposta ao chamado do Fonasefe, as seções sindicais e a diretoria nacional do ANDES-SN organizaram atividades nas instituições de ensino públicas e em locais de grande circulação da população para a apresentação do documento à população. A mobilização foi precedida de um ato nacional virtual em defesa dos Serviços Públicos, realizado no dia 24 de agosto, no qual foi feita a leitura da carta pelos e pelas representantes das entidades que integram o Fórum.

“É importante destacar que são os serviços públicos que concretizam direitos sociais para a população. É por meio do serviço público que saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança e tantas outras necessidades da classe trabalhadora e do povo pobre se

tornam direitos conquistados”, diz um trecho do documento.

Rivânia Moura aponta que a carta reforça a necessidade da sociedade brasileira se unir em defesa do serviço público, garantindo direitos para a população. “Entendemos que nesse contexto, com a volta das propostas de reforma administrativa, de destruição dos serviços públicos, precisamos unir forças para garantir um serviço público de qualidade com mais orçamento, o fim do Teto dos Gastos (EC 95) e a garantia de mais orçamento para as áreas prioritárias que são saúde, educação, assistência social, previdência social, políticas de trabalho, renda e moradia, ou seja políticas sociais e de direitos que atendam a necessidade real da classe trabalhadora do nosso país”, disse a presidenta do ANDES-SN.

Em defesa do Estado Democrático

O Sindicato Nacional também assinou a “Carta às brasileiras e

aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito”, um chamado amplo e de unidade para que a sociedade brasileira defenda o sistema eleitoral livre e democrático, especialmente diante das ameaças do atual governo em provocar uma ruptura política institucional no Brasil. O documento contou com a adesão de mais de 1 milhão de pessoas e o apoio de mais de 500 entidades da sociedade civil.

“Vivemos em país de profundas desigualdades sociais, com carências em serviços públicos essenciais, como saúde, educação, habitação e segurança pública. Temos muito a caminhar no desenvolvimento das nossas potencialidades econômicas de forma sustentável. O Estado apresenta-se ineficiente diante dos seus inúmeros desafios. Pleitos por maior respeito e igualdade de condições em matéria de raça, gênero e orientação sexual ainda estão longe de ser atendidos com a devida plenitude”, destaca o documento.

Ufes receberá III Encontro sobre Carreira EBTT e Educação Básica das Iees/Imes

III Encontro Nacional do ANDES-SN sobre Carreira EBTT e Educação Básica das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior



 **21 a 23**
de outubro



Adufes

Campus de Goiabeiras -
Universidade Federal do
Espírito Santo (UFES)



Entre os dias 21 e 23 de outubro, acontecerá o III Encontro Nacional do ANDES-SN sobre Carreira EBTT e Educação Básica das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior, em Vitória (ES), na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) – campus de Goiabeiras. A atividade é uma deliberação do 65º Conad, que aconteceu em julho em Vitória da Conquista (BA).

De acordo com Jennifer Webb Santos, 3ª tesoureira do ANDES-SN e da organização do encontro, os debates devem dar sequência aos assuntos discutidos na segunda edição do encontro, realizada em 2019, em Porto Alegre (RS). Entre os temas abordados estão autonomia e financiamento; EBTT/CAP e a contrarreforma da educação estadual e municipal, ponto eletrônico e corte orçamentário.

A diretora do ANDES-SN destaca que o encontro visa reunir docentes do EBTT e das instituições estaduais

de ensino básico que estão vinculados ao ANDES-SN, mas também é aberto para toda a categoria docente.

“O encontro não é voltado apenas para esse público [docentes EbtT e ensino básico]. É um encontro do ANDES-SN, então é um evento para todos e todas as docentes do Sindicato Nacional, independente se atue na educação básica, na técnica, tecnológica ou no ensino superior. Somos defensores do princípio da carreira única, nós entendemos que dentro do ANDES-SN o espaço da valorização passa, justamente, por fazer um encontro cuja temática aborde as especificidades, mas que todos os docentes sejam engajados e convidados a participar”, reforça.

A 3ª tesoureira do Sindicato Nacional destaca ainda que o momento é uma importante oportunidade para conectar as pautas da educação básica com da superior, aprofundar a compreensão de que a luta em defesa da educação

é uma só e discutir e apontar caminhos de uma maneira mais ampla.

O III Encontro Nacional do ANDES-SN sobre Carreira EBTT e Educação Básica das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior será realizado na Ufes, em parceria com Adufes – Seção Sindical do ANDES-SN, que apontou a disponibilidade para receber o evento. A Ufes conta com uma unidade do ensino básico, que trabalha somente com educação infantil. Jennifer ressalta que é uma parcela específica da categoria, mas que também precisa ser valorizada, pois faz parte da base do ANDES-SN – as e os docentes do EBTT representam cerca de 10% dos sindicalizados e das sindicalizadas, segundo a diretora.

“Foi unânime na diretoria a compreensão da importância de realizar o encontro na Ufes. Mesmo [docentes EBTT] sendo uma minoria dentro da sessão sindical, entendemos que é muito importante levar esse debate lá, para dizer o quanto esses professores são importantes e a realização do encontro na Ufes aponta para esse caminho, que é o que queremos dentro do ANDES-SN”, explica.

A diretora do Sindicato Nacional reafirma ainda a necessidade de ampliar a compreensão de que a luta por uma carreira única precisa compreender a atuação docente no ensino, na pesquisa e na extensão também na educação básica, técnica e tecnológica. “Isso vai ser debatido no encontro nessa perspectiva. Nós vamos levar para Vitória esse debate para que seja repercutido em toda a base”, acrescenta.

Segundo Jennifer, a estrutura do encontro está sendo preparada para receber cerca de 100 pessoas. A participação no encontro é aberta a todas e todos docentes que desejem, sem limites de inscrição por seção sindical. “A seção sindical também vai ampliar localmente o convite para estudantes da graduação dos cursos de licenciatura para que possam vir debater conosco os vários temas que se relacionam com esse público e questões específicas do EBTT”, conclui.

Reuniões dos Grupos de Trabalho movimentam o mês de setembro no ANDES-SN



Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi debatida em reunião do Coletivo Jurídico

Durante o mês de setembro, o Coletivo Jurídico e diversos grupos de trabalho (GT) do ANDES-SN se reuniram, em várias reuniões, para discutir as deliberações do 65º Conad, realizado em julho, e dar sequência aos encaminhamentos apontados para a organização das ações do Sindicato Nacional nas mais diversas frentes. Os encontros aconteceram em Brasília (DF), Recife (PE) e São Paulo (SP) e contaram com a presença de diretores e diretoras da entidade, representantes das Seções Sindicais e da base do ANDES-SN.

Confira um resumo do que aconteceu em alguns encontros:

Coletivo Jurídico

Nos dias 1 e 2 de setembro, o Coletivo Jurídico Nacional do ANDES-SN se reuniu em Brasília (DF). A conjuntura nacional e o avanço do conservadorismo, carreira, previdência, trabalho remoto, aumento da violência, perseguição de docentes e militarização das escolas foram abordados durante a reunião, que contou com a presença de mais de 60 pessoas, entre representantes das seções sindicais e de suas assessorias jurídicas.

A Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN realizou a construção coletiva do debate e a troca de informações entre todos os assessores presentes, subsidiando o coletivo jurídico. "Essa edição do encontro jurídico foi marcada, sobretudo, pelas discussões acerca da LGPD, que foi uma preocupação externada no último Conad e já incluída na pauta do encontro jurídico pela diretoria do ANDES-SN. O importante debate sobre o tema conseguiu esclarecer as principais dúvidas e estabelecer o diálogo sobre o tema", ressalta Leandro Madureira, da AJN do ANDES-SN.

Outros assuntos também foram tratados durante o encontro, como os aspectos jurídicos da luta contra as intervenções nas Instituições Federais de Ensino, as dificuldades de acesso e as inadequações da plataforma "Sou GOV.BR" e o avanço do "controle" de informações sensíveis, especialmente de servidoras e servidores públicos.

Política Educacional

O Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN se reuniu também na capital federal, nos dias 8 e 9 de setembro. O primeiro dia do encontro foi marcado pelo painel sobre Reuni Digital, apresentado pela professora Olinda Evangelista, da Universidade Federal

de Santa Catarina (UFSC), e pelo professor Allan Kenji Seki, da Unicamp.

No dia seguinte, os trabalhos começaram com a reprodução dos vídeos da campanha "Defender a educação pública: essa é a nossa escolha para o Brasil", como exemplo das ações realizadas pelo ANDES-SN. Além disso, foram apresentadas as últimas publicações da Revista Universidade e Sociedade e o convite para que as professoras e professores encaminhem textos para o próximo número, que conta com o tema "As contrarreformas no Brasil: a educação pública na resistência aos ataques neoliberais".

Também foram abordadas a reforma do Novo Ensino Médio (NEM), a organização do II Seminário Internacional de Educação Superior na América Latina e I Seminário de Multicampia e Fronteira, em Foz do Iguaçu (PR), que acontecerá entre os dias 6 e 9 de dezembro de 2022, e do VII Seminário Estado e Educação, previsto para os dias 25 e 27 de novembro, com tema central "O Projeto do Capital para a Educação: Como enfrenta-lo?".

Política de Classe, Questões Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual

O Grupo de Trabalho Política de Classe, Questões Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-

SN se reuniu em Recife (PE), na Associação de Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco Seção Sindical do ANDES-SN (Aduferpe SSind), entre os dias 12 e 13 de setembro.

Foi realizado, entre as atividades do GT, um painel em conjunto com a Associação Brasileira dos (das) Pesquisadores (as) Negros (as) (ABPN), dentro da Programação do XII Congresso de Pesquisadores (as) Negros (as) (Copene).

Durante a reunião do GTPCEGDS, foi apresentada a consolidação do calendário permanente de lutas do Sindicato Nacional, aprovado nos Congressos e Conads. A arte será disponibilizada em breve por meio de circular no site do ANDES-SN.

Ciência e Tecnologia

A reunião do Grupo de Trabalho Ciência e Tecnologia do ANDES-SN aconteceu em Brasília (DF), entre os dias 17 e 18 de setembro. Foram apresentados os informes das seções sindicais, um painel sobre “Ciência, tecnologia e a luta da classe trabalhadora”, com apresentação da professora Tarcila Mantovan Atolin, da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Logo depois, as e os participantes discutiram temas da conjuntura como Marco Legal de Ciência e Tecnologia, impactos da Emenda Constitucional 95, manobras do governo para aplicar os contingenciamentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

No dia seguinte, as e os professores apreciaram as deliberações do 40º Congresso do ANDES-SN, realizado em março desse ano, e as atualizações feitas no 65º Conad, para as políticas de Ciência e Tecnologia.

História do Movimento Docente e Comissão da Verdade

Reunidos na Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp Seção Sindical do ANDES-SN), na capital paulista, também entre os dias 17 e 18 de setembro, integrantes do Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHMD) e a Comissão da Verdade do Sindicato Nacional se debruçaram sobre as propostas aprovadas no 65º Conad e 40º Congresso. O foco das ações do GTHMD e da CV é preservar a justiça, memória, lutar pela reparação das vítimas da ditadura e examinar como isso ainda repercute dentro da universidade, nos conselhos, na regulamentação interna e administrativa das universidades.

Durante a reunião, também foi discutida o trabalho desenvolvido pelo Centro de Documentação (Cedoc) do ANDES-SN. Na avaliação do GT, o Cedoc está avançando no processo de guarda e preservação de documentos e publicações, mas que ainda há muito para ser feito para resgatar e manter a memória da luta docente, como aprimorar na captação, manutenção e disponibilização dos documentos relativos à história do sindicato, para que todas e todos possam ter amplo acesso ao acervo dos 41 anos do ANDES-SN.

Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria

O encontro do Grupo de Trabalho Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria aconteceu entre os dias 24 e 25, em Brasília (DF). O primeiro painel discutiu a necessidade de elaborar um dossiê sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), para avaliar e denunciar os problemas relacionados à interferência na autonomia das universidades sob a gestão da Ebserh, além de outros problemas que não foram solucionados nos hospitais universitários, após a contratação da empresa. Foi definido também que seja iniciada uma campanha de denúncia sobre o que significa a Ebserh nas universidades.

Logo depois, as professoras e os professores discutiram e atualizaram as propostas aprovadas no 65º Conad e 40º Congresso, levando em consideração a necessidade de ter dados que possibilitem uma análise mais aprofundada sobre a saúde do(a) trabalhador(a) docente, para ações a nível nacional e nas Seções Sindicais. Foi definida também a data do 7º Seminário de Saúde Docente, que acontecerá entre 17 e 19 de março de 2023.

Em relação aos assuntos de aposentadoria, foi discutida a necessidade de trabalhar o tema junto à categoria, reforçando que é uma questão que impacta todas e todos docentes. Foi apontada também a necessidade de realização de uma nova Jornada de Aposentados e Aposentadas, para discutir temas como a perda de direitos e as reformas da Previdência, que atingem a classe trabalhadora.



Participantes da reunião do GTPCEGDS em Recife (PE)

14º Conad debaterá permanência ou desfiliação da CSP-Conlutas

14º CONAD
EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SN
12 e 13 de novembro de 2022
(ADUnB)

TEMA:

CSP-CONLUTAS: BALANÇO SOBRE ATUAÇÃO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, SUA RELEVÂNCIA NA LUTA DE CLASSES E A PERMANÊNCIA OU DESFILIAÇÃO DA CENTRAL



O ANDES-SN realizará, nos dias 12 e 13 de novembro, o 14º Conad Extraordinário na Universidade de Brasília (UnB). Com o tema, "CSP-Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central". A realização do Conad extraordinário é uma resolução aprovada no 40º Congresso do Sindicato Nacional, ocorrido em março deste ano.

Regina Ávila, secretária-geral do ANDES-SN, ressalta que a realização de um conad extraordinário com essa temática já havia sido aprovada no 39º Congresso, realizado em São Paulo em fevereiro de 2020. No entanto, com a pandemia de Covid-19, que levou à suspensão da realização de atividades presenciais, o debate acabou sendo adiado.

"Esse Conad vai fazer o balanço da nossa vinculação à CSP Conlutas, para a discussão de permanência ou saída da Central, a partir da aprovação no 65º Conad em Vitória da Conquista, que reafirmou a necessidade desse conad extraordinário, inclusive com a mesma temática que já havia sido aprovada no 39º Congresso", explica. Ela lembra que o que foi aprovado no 14º Conad extraordinário será uma indicação para deliberação no

41º Congresso, que acontecerá em Rio Branco (AC), no início de 2023.

A diretora do Sindicato Nacional acrescenta que a expectativa de participação é de 250 a 300 pessoas, entre delegados, delegadas, observadores e observadoras, convidados e convidadas. O evento está sendo organizado em parceria com a Associação de Docentes da Universidade de Brasília (Adunb Seção Sindical do ANDES-SN), que ofereceu a estrutura da sede para a realização do 14º Conad Extraordinário.

"Ainda que o Conad seja um evento de menor proporção que o Congresso, a gente sabe que esse é um tema que mobiliza muito a categoria, é um tema sobre o qual há divergências, há polarizações, então estamos trabalhando mais ou menos com esse público, mas só vamos saber mais próximo do evento, após as inscrições", comenta Regina.

Programação

O cronograma do evento prevê, no dia 12 de novembro (sábado), no período da manhã a realização das plenárias de Abertura e de Instalação. À tarde, ocorrerá a Plenária do Tema I com a atualização do debate sobre Conjuntura e Movimento Docente. Depois, os e as

participantes se dividirão em grupos mistos, para a discussão do Tema II: "Questões Organizativas – CSP-Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação à Central".

Já no dia 13 (domingo), as e os docentes se dedicarão à Plenária do Tema II, que tratará da permanência ou desfiliação do ANDES-SN na CSP-Conlutas. O resultado será levado ao 41º Congresso do ANDES-SN, que acontecerá em Rio Branco (AC), no início de 2023.

Credenciamento

O credenciamento para o próximo Conad extraordinário, que é prévio e digital, poderá ser feito até 22 de outubro [por meio do formulário](#). A Circular 302/2022 traz um passo a passo de como realizar o credenciamento de delegadas, delegados, observadoras, observadores, assessoria jurídica e jornalistas.

Caderno de Textos

Já as contribuições para o caderno de textos poderão ser enviadas pelas seções sindicais, por sindicalizadas e sindicalizados até as 23h59 do dia 14 de outubro para o e-mail secretaria@andes.org.br. Não haverá anexo ao caderno de textos.